

Institucionalização de EAD na universidade pública

Curitiba – PR - Maio 2012

Gerenciamento e Logística (E)

Educação Universitária (3)

Gerenciamento e Organização (F)

Descrição de Projeto em Andamento (B)

Investigação Científica (1)/ Experiência Inovadora (2)

RESUMO

Este trabalho busca apresentar as primeiras considerações sobre as diferenças de implantação de cursos na modalidade a distância em instituições particulares e em universidades públicas, partindo dos referenciais de Qualidade da EAD, da política de avaliação institucional e dos recursos disponibilizados para a EAD. Os objetivos que norteiam a pesquisa em andamento são: identificar as diferenças de exigência na implantação e desenvolvimento dos cursos; identificar as necessidades de uma universidade pública que ainda não tem experiência consolidada na modalidade a distância para a oferta de cursos nos níveis de tecnologia, bacharelado e licenciatura; desvelar as resistências para essa implantação; e propor um modelo de formação de gestores e de professores para os cursos presenciais apoiados pelas tecnologias digitais, para os cursos semipresenciais e na modalidade a distância. A pesquisa colaborativa com a participação da equipe de tecnologia na educação em um campus de uma universidade multicampi tem como referencial teórico para o estudo da gestão, a universidade como organização aprendente, para a formação de professores, a teoria da Atividade e para o uso das tecnologias digitais, a aprendizagem para agregação de valores ao desempenho.

Palavras chave: Gestão; Educação a Distância; Tecnologias, formação de professores, colaboração.

Este estudo se refere à discussão sobre o uso das tecnologias apoiando o ensino presencial; o ensino na modalidade semipresencial e a implantação de cursos a distância em uma instituição de ensino federal na perspectiva de um pesquisador que atuou e atua na educação superior, que pesquisa sobre tecnologias na educação há 19 anos e transita pela educação privada e educação pública há 15 anos.

A perspectiva deste trabalho surgiu no desenvolvimento da proposta de um programa de pesquisa na implantação de uma coordenação de tecnologia na educação em uma universidade federal. O programa de pesquisa foi proposto como produto a ser desenvolvido pelo Núcleo de Inovação e Desenvolvimento de Tecnologias para a Aprendizagem Humana com projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelos seus pesquisadores tanto na área de acompanhamento da aplicação das tecnologias digitais na educação nas modalidades presencial, semipresencial e a distância na universidade quanto na área de Inovação e desenvolvimento de tecnologias para a aprendizagem. Os objetivos deste programa são: identificar que tecnologias estão disponíveis na instituição em um determinado campus; caracterizar como essas tecnologias são apropriadas e utilizadas pelos professores e estudantes; desvelar resistências e dificuldades da utilização dessas tecnologias; identificar e promover o uso de ambientes virtuais de aprendizagem e a existência de comunidades de aprendizagem e, de prática e de pesquisa no campus; identificar competências¹ dos professores para as modalidades de ensino semipresencial e a distância; fornecer subsídios para a implantação de cursos de extensão, pós-graduação graduação na modalidade a distância. As questões norteadoras do Programa são: Que necessidades pedagógicas se apresentam para a aprendizagem na educação superior e cujas soluções podem ser melhoradas pela mediação de tecnologias digitais? Quais são as tecnologias disponíveis e quais as que precisam ser desenvolvidas? Que processos precisam ser melhorados para uma implantação efetiva da modalidade semipresencial e da modalidade a distância que garantam a

¹ Competências entendidas como conhecimento na área e conhecimento sobre EAD; habilidades operacionais em relação às TIC e sociais em relação à colaboração e à tutoria; e atitudes em relação à alteridade, autonomia e diálogo entre pares e com os estudantes (CORTELAZZO, 2009).

excelência na qualidade da educação, compreendendo aqui, a educação como formação profissional².

Ao constituir a equipe e começar o processo de regulamentação da coordenação, a pesquisadora deparou-se com algumas questões referentes à educação a distância em uma instituição pública federal que a fizeram recorrer às suas documentações e publicações de palestras, comunicações, e minicursos em eventos de EAD e a artigos publicados em periódicos sobre a EAD no Brasil. Despertou-lhe, o contexto, uma inquietação sobre as exigências (Referenciais de Qualidade da Educação a Distância [1] e os instrumentos de avaliação) que parecem ter sido feitas para as instituições privadas, mas não para as instituições públicas.

Tendo acompanhado a implantação de um curso de graduação em uma instituição privada de ensino, a pesquisadora tem referências e parâmetros para fazer uma análise comparativa em relação à primeira fase de implantação dos cursos entre IES particulares e IES públicas que não têm tradição de cursos a distância.

O que se apresenta como embasamento para este relatório parcial é a análise de dados coletados durante a fase inicial do Programa de Pesquisa em questão. Objetiva-se oferecer esta análise como alerta e contribuição para outras IES públicas e para órgãos superiores (MEC/ CAPES), a partir de um trabalho sério, inovador e criterioso que a coordenação de tecnologia apoiada pelas diretoria geral e diretoria de graduação e educação profissional do *campus*.

1. Preliminares.

A partir dos primeiros anos da década de 2000, a legislação regulamentando EAD começou a tratar de questões que implicam a qualidade do ensino nos cursos de graduação ministrado pelas instituições de ensino superior. Pareceres, Decretos, Resoluções e os Referenciais de Qualidade da Educação a Distância (disponíveis no Portal do MEC) atestam essa preocupação. Em paralelo, desenvolveu-se um sistema de avaliação, ao qual

² Formação profissional que implique competência, desempenho qualificado e ética.

as instituições de ensino superior, públicas e privadas se submetem para terem seus cursos autorizados e reconhecidos nessa modalidade.

Decorrente dessa avaliação, algumas instituições privadas tiveram suas atividades na graduação suspensas até cumprirem o mínimo exigido pelos Referenciais de Qualidade da EAD. Outras passaram por um período de saneamento das áreas cuja qualidade não correspondia aos índices desejáveis.

Algumas instituições de ensino superior particulares com experiência na modalidade a distância já consolidadas, autorizadas pelo MEC, organizaram-se para responder às exigências de qualidade, ainda porque o público passou a ser mais exigente, pois o aprendizado precisa se agregar ao desempenho profissional. Quando isso acontece, há uma valorização da instituição na qual o profissional se formou. Na iniciativa privada, esse resultado faz parte do marketing institucional que concorre para a sustentabilidade financeira da IES.

Em contrapartida, a educação na modalidade a distância na universidade pública tem outra orientação. A universidade pública pode oferecer cursos na modalidade a distância, participando de um projeto financiado pela UAB que é uma entidade abstrata:

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal [2].

É responsabilidade das universidades proporem seus cursos e estabelecerem parcerias com os governos estaduais e municipais para a criação de pólos de apoio presencial conforme suas necessidades e interesses. Isso é necessário e desejável, mas não se oferece uma política educacional que garanta excelência nos cursos ofertados. Analisando a citação abaixo, constata-se que o sistema funciona apenas como um articulador de iniciativas que devem se consolidar em consórcios:

O Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada [3].

As parcerias com os estados se concretizam no sentido de serem oferecidos espaços para a constituição de pólos de apoio presencial com recursos de infraestrutura e humanos sob a responsabilidade do Estado ou dos municípios. Delega-se, pois, a terceiros, parte da responsabilidade da EAD.

Art. 2o O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com pólos de apoio presencial. § 1o Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o pólo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. § 2o Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB [4].

Assim, constata-se que em muitas universidades federais, a modalidade não está consolidada; muito ao contrário, faz parte de iniciativas de departamentos isolados, programas de pós-graduação ou de núcleos de EAD que lutam por orçamento, por reconhecimento, em cada programa ou projeto que executam.

Além disso, há uma resistência e uma segregação dos professores efetivos dedicados ao ensino na Graduação presencial ou à pós-graduação *stricto sensu* em relação aos professores bolsistas que se vinculam aos programas de ensino na modalidade a distância.

Algumas instituições de ensino superior (os institutos federais e a universidade tecnológica) participam de outro programa de educação a distância, oferecendo cursos no ensino médio, isto é, cursos técnicos subsequentes para os alunos que já têm o certificado do ensino médio regular. Esse sistema segue a mesma sistematização da UAB. É a Rede e-Tec Brasil. As instituições superiores interessadas em oferecer esse curso fazem seus

projetos de curso com planilhas orçamentárias e polos de apoio presencial acordados com as Secretarias de Estado de Educação e encaminham para aprovação do SETEC/MEC. Os cursos recebem bolsas para pagamento dos professores (em diferentes funções – autor, docente, tutor, avaliador) para o treinamento desses professores, para a preparação de material didático e para equipamento e mobiliário, considerando um piso e um teto de gasto por aluno.

Nesse caso, formalizou-se no Grupo de Pesquisa em Formação Continuada do Fórum Nacional de Educação Técnica a Distância um Programa que discute, pesquisa, e trabalha na capacitação de recursos humanos para melhorar a qualidade dos cursos ofertados e criar um diferencial nessa formação na modalidade a distância.

O sistema voltado para os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu ainda é frágil e não oferece pouca estabilidade, visto que a estruturação de cursos a distância obedecem a design instrucional próprio e metodologia de ensino e aprendizagem específicos para o processo em que professores e alunos estão distanciados pelo tempo e espaço. Suporte tecnológico e tutorial necessário acessível aos alunos, com recursos humanos responsáveis pela distribuição, acompanhamento, orientação e avaliação dos aprendizes ao longo de todo o curso precisam estar alocados desde o momento da projeção do curso.

Ao contrário do curso na modalidade presencial, os cursos a distância exigem que o conteúdo seja sistematizado com seus objetivos, metodologia de ensino, recursos didático- pedagógicos e procedimentos de avaliação definidos a priori e não ao longo do curso.

A possibilidade de se desenvolver a integração curricular e mesmo interdisciplinar amplia-se, porém exige planejamento, acompanhamento, avaliação e retroalimentação pelos gestores ao longo de todo o curso, a fim de antecipar problemas, Quando não for possível antecipá-los, é indispensável, ao menos, oferecer alternativas adequadas para minimizar seus efeitos.

A partir dessas considerações e constatações é que a equipe responsável pela institucionalização da EAD no campus em questão se integrou no projeto de pesquisa ação colaborativo, partindo do levantamento de informações sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação pelos professores no ensino presencial.

2. Do PDI às ações na prática.

O projeto de institucionalização da EAD no campus iniciava-se em um momento especial em que o Departamento de Educação a pedido da direção de Graduação realizava um programa de formação de professores da educação superior no referido campus que se iniciava pela leitura e discussão do PDI Plano de Desenvolvimento Institucional a partir de quatro eixos. A equipe da Coordenação de Tecnologia na Educação se integrou a esse programa e no início de 2011 organizou o Grupo de Trabalho em torno do Eixo Modalidades de Ensino com a participação de aproximadamente 70 professores que levantaram dificuldades, superações e apresentaram sugestões em relação ao uso das tecnologias no campus e em relação às modalidades semipresencial e a distância previstas no PDI.

Como a proposta da equipe de tecnologia na educação é conhecer como as tecnologias são utilizadas, identificar o capital humano competente na área, e as boas práticas em paralelo à organização da infraestrutura necessária para se propor um programa de educação a distância. As informações levantadas foram organizadas, dando origem a um relatório que serviu para a elaboração de um plano de trabalho de verificação e correção das dificuldades durante o primeiro semestre.

Desde o final de 2010 e primeiros meses de 2011, a equipe com quatro servidores efetivos permanentes e quatro professores colaboradores em tempo parcial, em entrevistas, aproveitando os dados coletados pelo Grupo de Trabalho na Semana de Formação Docente e em reuniões semanais redigiram o Regulamento da Coordenação de Tecnologia na Educação, criando dois núcleos, um voltado ao estudo, proposição e acompanhamento das tecnologias aplicadas no ensino médio e na educação superior e outro voltado para a inovação, desenvolvimento e pesquisa de tecnologias emergentes. Foram criados assim comitês compostos de professores dos diferentes departamentos de ensino para atuarem nos dois núcleos.

A partir do levantamento de dados e da criação dos comitês, também se detectou a necessidade de capacitação de coordenadores e professores para a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem como apoio ao presencial e para a sensibilização de professores para uma possível atuação em cursos a distância.

No final do ano de 2010 e durante o ano de 2011, a equipe de tecnologia na educação realizaram acompanhamento e atuação corretiva no curso técnico a distância, ratificando-se a necessidade de treinamento de tutores e professores para a modalidade a distância, não só na dimensão tecnológica, como também no planejamento metodológico e na didática na modalidade a distância. Constatou-se, ainda, a relevância da capacitação de professores para a gestão de cursos em EAD.

Durante o ano de 2011, foram oferecidos cursos de capacitação para coordenadores para a Gestão de cursos apoiados pelas tecnologias digitais e para professores para a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem. Respondendo á solicitação de coordenadores de cursos, foram realizadas oficinas para a familiarização com o ambiente Moodle e para a preparação de disciplinas na modalidade online. Coletados dados, durante o acompanhamento desses cursos e oficinas, contataram-se alguns entraves para o sucesso desses cursos, que repetiam os dados indicados por Pretto [5], isto é, a resistência de professores à modalidade, a prioridade de outras atividades acadêmicas, provocando evasão nos cursos de capacitação, a atitude de observador ou receptor passivo de professores que não participavam dos fóruns de discussão nem realizavam tarefas avaliativas. Por outro lado, as oficinas com exemplos práticos de como os professores poderiam utilizar em suas disciplinas presenciais provocaram comprometimento e adesão de professores que solicitaram abertura de espaço no AVA para seus cursos.

Outra constatação, na avaliação dos dados coletados no AVA referentes aos cursos e às oficinas, refere-se à diferença de estilos e de concepções de educação na forma como esses ambientes são utilizados pelos professores. Forneceram, assim elementos que o Departamento de Educação, também, utiliza na sua prospecção de novas ações para o desenvolvimento profissional dos professores e coordenadores.

No início de 2012, foram ofertadas 100 bolsas para professores cursarem os módulos oferecidos por uma organização credenciada pela Moodle internacional e, atualmente, aproximadamente 60 professores estão finalizando os módulos em um Programa de Avaliação do uso do Moodle no qual além de cursarem os 13 módulos oferecidos pela parceria, os professores devem preencher um parecer didático-pedagógico sobre a possibilidade de

utilização do ambiente virtual a sua prática pedagógica, indicando fragilidades e funcionalidades.

Esse instrumento, elaborado pela equipe de tecnologia na educação, fornecerá elementos fundamentais para a reorganização do AVA, instalação de sua versão mais recente e criação da identidade visual para os cursos da instituição.

3. Da limitação de recursos financeiros e humanos à colaboração e gestão do conhecimento na instituição.

Os dezoito meses de existência da coordenação de tecnologia na educação e do programa de pesquisa para a institucionalização da EAD demonstraram a escassez de recursos financeiros e humanos disponíveis para tal empreendimento. Contudo, também demonstram que o planejamento, a existência de um projeto, o respeito ao conhecimento existente e às boas práticas existentes na instituição podem congrega saberes e criar equipes colaborativas que se constituem em pequenas comunidades de prática aprendentes. A disposição para o trabalho colaborativo, com estudo, e proposição de aprendizagem para agregação de novos valores ao desempenho promovem passo a passo a possibilidade de concretização dos objetivos propostos.

Professores e técnicos autodidatas no uso dos ambientes virtuais de aprendizagem integraram-se à equipe trazendo sua colaboração e ampliando as discussões em torno da interface, do planejamento de utilização, do desenho das aulas, etc.

A bibliotecária que acabara de defender sua dissertação sobre a rádio web apresenta proposta de implantação dessa tecnologia emergente com apoio não só à comunicação institucional como mídia a serviço da educação e em especial à educação a distância. Novo projeto de pesquisa se incorpora AP Programa já em andamento e, iniciado em outubro de 2011, está em fase de implantação no momento atual, já tendo coletado dados para a organização de uma programação eclética. A Rádio Web, como uma nova tecnologia na instituição, atenderá professores e alunos tanto em suas ações de ensino e de aprendizagem quanto culturais, incorporando as ações de extensão e de

pesquisas de ensino presencial e a distância, ampliando a vocação da universidade.

4. Perspectivas e Desafios

O presente Programa de Pesquisa que incorpora três diferentes projetos em andamento se desenvolve em um contexto pleno de desafios próprios de uma instituição pública federal em um momento em que não há uma política educacional para a educação a distância muito clara e bem definida. A universidade pública federal não tem recursos orçamentários para desenvolver um programa institucional de educação a distância tanto no que se refere à criação de uma infraestrutura tecnológica de excelência e a produção de recursos didáticos, nem a efetivação de um quadro de recursos humanos (gestores, professores, designers, técnicos, etc.) efetivo.

Contudo, há na universidade pública professores, técnicos, e gestores comprometidos com a educação e com a aprendizagem e a formação de pessoas que poderão mudar os rumos desta nação. Pessoas que têm conhecimento, que compartilham saberes e crenças, que se dispõem a colaborar e empreender. Pessoas que, a despeito do contexto, do pessimismo e das resistências, constroem cenários de competência e realizam os sonhos e os projetos elaborados colaborativamente.

É nesta perspectiva criadora, colaborativa e proativa que este trabalho se apresenta em suas limitações e em suas possibilidades.

Referências

[1] BRASIL. MEC. SEED. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância versão preliminar. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead>.

[2] [3] CAPES UAB. **O que é?**. Disponível em

http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=8

[4] BRASIL. **Decreto Nº 5.800**, de 8 de junho de 2006, Brasília: Diário Oficial, 2006.

Disponível em

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.800-2006?OpenDocument

[5] Pretto, Nelson de Luca; Riccio, Nícia Cristina Rocha; Pereira, Socorro Almeida Cabral. Colaboração em Ambiente Virtual de Aprendizagem: uma experiência na

UFBA. In Cortelazzo, Iolanda Bueno de Camargo. **Docência em ambientes de aprendizagem online**. Salvador, UFBA, 2009, p. 85-105.